

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE NOVEMBRO DE 1997

*Senhor Ministro Dornelles; Dr. Carlos José Skiper, que é o Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; Senhores que são companheiros da mesma entidade,*

Eu quero agradecer a visita e as palavras. Quero dizer que muitos dos senhores, senão todos, são testemunhas do empenho que o Governo tem tido para simplificar a vida da pequena empresa, da microempresa e dos lojistas que, em grande parte, se localizam nesse espectro da produção brasileira.

Não foi fácil aprovar o “Simples”, que foi uma redução de seis impostos transformados num só. Lamento que ele não tenha tido o apoio generalizado nos estados brasileiros. Se isso tivesse ocorrido, a situação dos senhores já seria melhor. Mas o Governo Federal fez o que nos correspondia, que foi, justamente, tomar medidas de desburocratização, de simplificação, de redução de impostos, para que um número crescente de produtores passasse da informalidade para a situação de formalidade.

Vamos continuar nessa mesma linha. O Sr. Skiper mencionou a reforma tributária. Ela é importante. Muitas vezes, eu ouço: “No ano que

vem, não se pode votar.” Por que não pode? O ano que vem é um ano igual a todos os outros. O Brasil é um país maduro. A eleição é num dia. A campanha são dois meses ou 45 dias. Não tem nada uma coisa a ver com a outra. O Brasil não pode parar à espera de um dia da eleição. São momentos em países que não têm maturidade e assim procedem. Nós temos que trabalhar todo o tempo. E há muita possibilidade, eu acho, de se votar, de se avançar.

Eu sei que a reforma tributária envolve questões muito complexas. O Ministro Dornelles, que é especialista no assunto, sabe, mais ainda do que eu, das dificuldades que estão em jogo. Mas nós vamos discutir e vamos avançar numa direção mais consistente com as aspirações nacionais.

Eu sei também que o Governo conseguiu aprovar um pleito antigo dos senhores, que era a questão do funcionamento aos sábados e domingos. Houve discussões, houve ações junto ao Supremo. O Supremo deu ganho de causa numa pequena parte das decisões. Nós corrigimos, como se faz numa democracia. E o fato é que nós, hoje, estamos já com esse assunto, senão mais do que encaminhado, resolvido.

E o Ministro Dornelles tem sido um batalhador para a desburocratização de tudo que diz respeito à criação de micro e pequenas empresas. E nós estamos avançando nessa medida, na direção de simplificar ainda mais.

Bom, eu não queria também deixar de me solidarizar com os senhores, no que diz respeito às taxas de administração de cartões de crédito. Acho que isso é uma matéria que tanto o Ministério da Indústria e Comércio quanto a Secretaria de Direito Econômico estão estudando porque, realmente, nós estamos, sobretudo agora, numa fase do Brasil em que temos que por cobro a toda forma de exploração financeira, especulação financeira que não seja correta, que não esteja nos níveis adequados. Nós não podemos assistir transferências de renda de uma porção da população para outra porção da população. Assim como também eu sei que os senhores têm um pleito junto ao Banco Central. Eu vou encaminhar ao Banco Central a possibilidade da repactuação, de uma maneira que não fira aos interesses daqueles que estão ajudando a lubrificar a produção do Brasil, que são os lojistas.

O Ministro Dornelles disse, de uma maneira muito apropriada, que os senhores são quatro milhões, e utilizou Afonso Arinos para qualificar esse tipo de atividade. E é verdadeiro. Quer dizer, é verdadeiro que é algo que se espria pelo Brasil todo, pequena ou grande cidade, na rua, no bairro. Isso é muito importante, essa capilaridade.

Eu sei que muitos dos senhores têm problemas específicos. O Deputado Horta, que me deu o prazer de estar aqui, conversando comigo, e tem uma sugestão, que eu já encaminhei à Caixa Econômica também, que é no sentido de facilitar a compra dos pontos de loja...

*Deputado Horta:* Memória boa, Presidente.

*Presidente:* Ah, tenho, mas é porque eu tenho preocupação também com esses problemas. Então, já encaminhamos. Enfim, nós estamos fazendo o que é possível, que é nosso dever.

E queria também lhes dizer que a presença dos senhores, hoje, aqui é alentadora. A luta pelas reformas tem que ser incessante. Todas as vezes que dizem: “Não, o Presidente prefere a reeleição às reformas”, é uma injustiça. O tempo todo, desde que assumi essa cadeira de Presidente, eu tenho pedido, insistentemente, as reformas.

Não posso me queixar do Congresso. O Congresso modificou, mais do que em nenhuma outra legislatura da nossa História, muitas leis. E, evidentemente, as reformas são complexas. Mas, agora todos sabem que é preciso fazê-las logo. Logo. E esse “logo”, não diz respeito só às necessidades brasileiras. Diz respeito ao fato de que não nos adianta, hoje, com esse mundo que é globalizado, darmos respostas às nossas questões, se nós não atendemos, também, às expectativas que se colocam fora daqui. Gostemos ou não gostemos, é assim.

Eu tenho dito, um milhão de vezes, que globalização não é valor. Ninguém pode defender a globalização como a gente defende a liberdade. A liberdade é um valor. A igualdade e a justiça social são valores. A globalização é uma condição. É uma situação. É uma situação que aí está. E nós temos que – aí sim – tomar as medidas para, dentro dessa situação, nos colocarmos da melhor maneira possível.

E uma maneira necessária é, precisamente, nós termos um aparelho estatal mais condizente com a época atual. E, para isso, nós precisamos da reforma da Previdência, da reforma administrativa, e da reforma tributária. São fundamentais.

Eu tenho confiança. Eu tenho conversado com os líderes partidários. Tenho confiança. Ainda hoje, a Câmara votou a redação final, em primeiro turno, da reforma administrativa. Deve votar, na próxima semana, o segundo turno. Eu faço um apelo ao Brasil, para que preste atenção, porque é decisivo que nós tenhamos essa aprovação.

Não é a reforma dos meus sonhos. É a possível. É uma reforma que ajuda, que faz avançar. E, da mesma maneira como a reforma da Previdência, sobretudo do trabalho, feita pelo Senado, que repôs muitos dos temas importantes. E, se a Câmara votar o quanto antes, melhor será, para desanuviar o nosso futuro. Porque aí todos vão ver que o Brasil é um país que tem condições efetivas de avançar, no rumo do controle das contas públicas.

Também não quero deixar de fazer referência a um fato que foi indiretamente aqui referido, que são as medidas que nós tomamos recentemente. E eu quero deixar bem claro que eu disse – eu nunca escondo as coisas – eu avisei, eu disse: nós tomaremos medidas. Disse antes de tomá-las, na sexta-feira. Tomaremos medidas necessárias para o País, mas não são medidas do tipo de que do dia para a noite as pessoas vão perder a sua poupança, ou vão ter surpresas. Não. São medidas numa linha, aprofundando aquilo que nós já estávamos fazendo. Acelerando. E tudo dito ao país – como sempre faço – com clareza.

Quando chega o momento de tomarmos uma medida que tem conseqüências que não são das melhores, de que nós preferíamos evitá-las, eu não deixo de tomar, sendo elas necessárias. E também não deixo de dizer e de assumir a responsabilidade.

Acho que é dever do homem público falar com franqueza ao seu país. Para explicar – que é o que estamos fazendo – que nós estamos unidos no mesmo objetivo: a preservação da nossa estabilidade econômica, que foi a que deu a expansão do nosso comércio, da nossa indústria, que deu mais empregos. Apesar das estatísticas, quando se olha,

comparativamente, vê-se que o que tem permitido a preservação da nossa economia é, precisamente, a política de defesa da estabilização.

E agora, quando há um risco sobre ela, ficam dizendo: “Ah, parece que vamos deixar de crescer”. Ou seja, reconhecem que estávamos crescendo, e bastante. Coisa que a oposição negou sempre, não é? E agora vê que não. E nós precisamos é nos agarrar àquilo que é nosso, que é a nossa capacidade de decisões serenas, mas firmes, na condução da política econômica e social.

Claro, essas medidas, algumas estão sendo discutidas pelo Congresso. Eu já disse um milhão de vezes, aqui, quando fizemos o Plano Real, fui muitas vezes ao Congresso, e propus algo que é idêntico ao que se propôs agora, até mesmo no que diz respeito ao imposto da pessoa física. Para fazer o Real, nós pedimos um aumento. Passava de 15% para 16,5. E de 25%, naquela época, 27,5.

É a mesma coisa. Foi exatamente o que nós fizemos, com o FEF, naquela vez. Deram a impressão ao país, de repente, que é um aumento de 10%. Não, é de 1,5%. Para garantir o quê? A preservação do Real, da estabilidade. Não é só essa medida, são várias.

Não houve, de forma nenhuma, da parte do Governo, a despreocupação com a classe média. Até porque – eu, pelo menos, sou de classe média – a maioria da população brasileira não é da classe média. Está numa condição, infelizmente, ainda, abaixo. Mas há uma boa parcela que está na classe média, e nós temos que olhar por essa parcela também. E as medidas não foram medidas desmesuradas. Às vezes são apresentadas como se o fossem, mas não foram desmesuradas. Foi apenas 1,5%, no caso daqueles que descontam 15%.

De modo que isso é preciso deixar claro, também. Preferi não fazê-lo, claro. Imposto – eu repito o que disse naquela época, também – já tem um nome desagradável: é imposto, não é dado, se impõe. É ruim. Ninguém gosta de pagar imposto. Se perguntar ao Ministro Dornelles, ou a mim: prefere pagar ou não pagar? Quer aumentar ou não quer? Nós não queremos, é claro.

Agora, o imposto é o que a sociedade paga, para sustentar o Governo, as ações do Governo. E, em certas circunstâncias, a própria condi-

ção do desenvolvimento econômico e a moeda. No caso nosso agora, aqui, é, basicamente, em função da nossa necessidade de preservação do valor de compra da nossa moeda.

Eu não tenho alternativa, a não ser dizer ao país, com toda a clareza, com toda a sinceridade, e pedir que o Congresso apóie nossas medidas. Eu tenho recebido muitas manifestações do Congresso e também acho muito natural que o Congresso discuta alternativas: isso é melhor do que aquilo. É a função do Congresso. Ao dizer que o Governo se preocupou, e apenas o aumento é de 1,5%, eu não estou dizendo que o Congresso não deva debater. Minha posição, eu sou um democrata radical. Então, eu acho que sim.

Agora, debater não significa que a decisão final não deva também tomar em consideração os contra-argumentos. E o Congresso sempre olhou isso. Hoje, o que é importante é o que os senhores estão me mostrando aqui. E hoje, pela manhã, os líderes do Senado me fizeram a mesma coisa.

O Brasil tem que mostrar ao mundo – e não é exagero – que está unido em defesa dos seus interesses nacionais. Não é do Presidente. Não é unido ao redor de um Governo. Está unido em torno dos interesses nacionais. E o interesse fundamental nosso, hoje, é a manutenção das condições de crescimento econômico, de estabilidade da nossa economia. Esse é o sentido político hoje, não político, de politicagem. Politicagem, um ataca, outro defende. Não. Não é isso, não. É político, no sentido mais profundo, de quem tem o sentimento da História. É que nós estamos unidos porque sabemos – e aqui todos sabemos – que ou se mantém uma condição de governabilidade, estabilização da moeda ou se volta à inflação. E a inflação, o que é que faz? Tira do pobre para dar para o rico – e faz com que aqueles que, sobretudo o comércio, vivem das maiorias e não das minorias, padeçam, paguem um preço alto. Nós temos que olhar para isso.

É por isso que, com todo o esforço que nós fizemos – eu estou sempre olhando para os mais pobres – a cesta básica não pode ser alterada, é preciso manter o valor da cesta básica. É preciso dar comida para a população. É preciso dar trabalho. E não se deve fazer apostas na

diminuição do ritmo de crescimento. O Governo fará tudo para não diminuir o ritmo de crescimento.

Algumas pessoas não têm imaginação. Então, dizem: “Ah, então, vai acontecer tal coisa”. Supõem que nós estejamos aqui de braços cruzados, vendo acontecer sem atuar. Não. Nós vamos atuar para que não aconteça isso, para que o ritmo de crescimento não sofra. E de que maneira se pode fazer isso? De muitas maneiras. Agricultura é uma que nós vamos ter que apoiar. Já estamos apoiando fortemente. E só têm vantagens em ampliar a agricultura. A exportação é outra. E nós tomamos as medidas para a exportação. A microempresa e a pequena empresa são outras. O fundo de aval para as pequenas e microempresas.

Quer dizer, nós não estamos fazendo uma política desavisada, olhando só para um lado. Claro, a moeda é fundamental. Mas nós estamos olhando, também, para as conseqüências e estamos contratacando, e vamos fazer... Há muitas outras políticas a serem feitas para sustentar o ritmo de atividade. É fundamental. Um país como o Brasil não pode se compadecer com a idéia de que ele, simplesmente, vai deixar ao deus-dará o funcionamento das coisas. “Então, haverá recessão”. Não. Nós vamos lutar para que não haja. E, se o Brasil estiver unido, não vai haver recessão nenhuma. Vamos buscar novas formas de reativação de atividades que sejam passíveis de crescimento, sem aumentar, inclusive, o conteúdo das importações. Agricultura é um caso, que eu já disse aqui, não é isto? Construção civil é outro caso. Há muitos caminhos. Tem gente que não tem imaginação e que julga que todos são iguais, sem imaginação, e que nós vamos assistir, parados, digamos, ao esmorecimento da nossa economia. Não, senhor. Nós vamos tomar as medidas necessárias, com firmeza, com dureza, se for o caso, mas vamos, ao mesmo tempo, tomar também as outras medidas necessárias para que tenhamos um Natal melhor.

Então, são os meus votos. Muito obrigado a todos os senhores.

